

## Mudanças no Judiciário intensificam trabalho associativo



Com o início de uma nova gestão no Poder Judiciário paraibano, ocorrida com a posse do desembargador Abraham Lincoln na presidência do TJPB, a AMPB iniciou a atuação institucional voltando-se para a elaboração de sugestões que foram entregues ao novo representante da Corte. Preocupada com o momento crítico e de ajustamento necessário para a implantação da nova Lei, que entra em vigor a partir do dia 04 de março, a Associação está vigilante e atuante, visando assegurar as mudanças necessárias para o melhoramento da prestação jurisdicional em nosso Estado. Pág. 03

**Gravação de audiências**

Pág. 06

**Posse presidente do TJPB**

Pág. 04

**Réveillon 2011**

Pág. 07

Levando em consideração o discurso do des. Lincoln, acreditamos

Outra preocupação levantada pela AMPB foi com relação à estrutura física dos fóruns de nosso Estado. A exemplo de Campina Grande, que funciona precariamente, sem ar condicionado e também sem elevador suficiente para atender a demanda de usuários, servidores e maiestros dos que ali trabalham.

À sua disposição,  
Antônio Silveira  
Presidente da AMPB

O presidente da Associação dos Magistrados da Paraíba recebeu, no último dia 08 de fevereiro, o Técnico Judiciário Celso Batista de Oliveira, presidente da Astaj-PB (Associação dos Técnicos, Auxiliares e Analistas Judiciários do Estado da Paraíba). Em reunião realizada na sede administrativa da AMFB, Celso Batista pediu o apoio de Antônio Silveira na busca de melhores condições de trabalho para os servidores do TJPB.

O representante da magistratura esclareceu que algumas reivindicações de interesse dos servidores já foram solicitadas pela Associação, em ofício entregue ao presidente do TJPB, des. Abrahão Lincoln da Cunha Ramoa. "Melhores condições de trabalho para os servidores refletem diretamente numa prestação jurisdicional mais eficaz e célere, preocupação primordial para nós magistrados", disse Siqueira.

Celso, Batista e Antônio Silveira



resolveram unir forças para exigir soluções breves da nova presidência do TJPB para os problemas estruturais e administrativos que afetam o judiciário do nosso Estado.

© 2010-2012

- WID (L. 10.024/1994) e a Lei nº 10.024/1994, de 19 de fevereiro de 1994, que institui o Conselho Nacional de Defesa do Consumidor (CONDECO) e dá outras providências. O CONDECO é composto por 12 membros, sendo 6 membros titulares e 6 membros suplentes, nomeados pelo Presidente da República, por indicação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Nacional de Educação (CNE). O CONDECO tem a função de defender os interesses dos consumidores e promover a defesa coletiva. O CONDECO é composto por 12 membros, sendo 6 membros titulares e 6 membros suplentes, nomeados pelo Presidente da República, por indicação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Nacional de Educação (CNE). O CONDECO tem a função de defender os interesses dos consumidores e promover a defesa coletiva.

Declaração de autoria: 2007, Lei nº 7.730, de 06 de junho de 1997, publicada no DOU em 09.01.98

<sup>2</sup> These names were used as follows:

Twitter on LinkedIn

✉ [Twitter@AMPS\\_magazine](mailto:Twitter@AMPS_magazine)

Facebook: [A WPC Blog is made](#)

Produção Editorial:  
Joaquim Medeiros das Neves

007-PE 10-25

Contact:  
 J. van der Vliet, J. van der Vliet, J. van der Vliet

1. **අනුමැතිය ලබාදීමේදී**  
 2. **ප්‍රධානියාගේ**

Luciano Maria Castellano

## AMPB quer mais transparência no orçamento do Judiciário

A Associação dos Magistrados da Paraíba (AMPB) vai focar seu trabalho institucional em 2011 na busca de melhores condições de trabalho para os juízes de primeiro grau, no sentido de oferecer uma satisfatória prestação jurisdicional em nosso Estado. No tocante às mudanças previstas na Loja, a AMPB vai lutar prioritariamente pela implementação de assessoria de juízes e instalação de novas Varas, plebendo, junto à nova Presidência do TJPB, um cronograma de instalação dessas unidades.

Deliberações foram definidas na reunião de Planejamento 2011 da AMPB, realizada no último dia 31 de janeiro. As sugestões da AMPB para o aperfeiçoamento do TJPB foram entregues, através de ofício, ao novo presidente da Corte, desembargador Abraham Lincoln da Cunha Ramos.

"O objetivo é valorizar a magistratura de primeiro grau, cobrindo uma gestão do Tribunal que vise o desenvolvimento de projetos voltados para Comarcas do interior e Varas da Capital que estão abarrotadas de processos, travando a prestação jurisdicional em virtude da escassez de funcionários e de precárias condições de trabalho, entre outras dificuldades enfrentadas no dia a dia por nossos juízes", defendeu Antônio Silveira, presidente da AMPB.

Silveira ressaltou ainda o número de comarcas vazias em nosso Estado, aguardando a realização de concurso para juiz substituto. "Também vamos solicitar à Presidência do TJ que agilize o processo de abertura dos editais e promoção e remoção de juízes. Muitas unidades judiciais do Estado encontram-se vazias, aguardando apenas a publicação ou votação de um edital. Esta situação traz um enorme prejuízo para o jurisdicionado", reflete o representante da magistratura paraibana.

### Transparência

No tocante ao orçamento do Judiciário, a AMPB requereu ao Presidente do TJ que implante no site do Tribunal o acompanhamento do orçamento do Judiciário, através do SIAFI (Sistema Integrado de



Diretor executivo cobrindo sugestões dos juizes que compareceram à reunião

Administração Financeira de Governo Federal), instrumento utilizado para reger o acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial.

"Esta forma, podemos acompanhar a adequada gestão dos recursos públicos estabelecidos para o Poder Judiciário de nosso Estado e a preparação e designação do orçamento", explica Antônio Silveira.

### Precatórios

A Entidade resolveu que vai exigir o imediato pagamento de precatórios para os portadores de doenças graves e para os que têm mais de 60 anos (cumprimento Emenda 62).

### Modernização

Outra solicitação é que se estenda para todas as unidades judiciais do Estado o modelo de gestão aplicado ao 8ª e 14ª varas civis da Capital, concebido pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, com gerenciamento racional das rotinas de trabalho. Será solicitada também a construção de novas Fóruns nas Comarcas onde for necessário.

Com relação à informatização, a AMPB vai sugerir a instituição de um sistema de acompanhamento de processos, inclusive com a visualização de despachos e sentenças, além de, a médio prazo, trabalhar a adoção, pelo TJPB, do processo judicial eletrônico, que será implementado pelo CNJ em todo o Brasil.

Outra sugestão da Associação é em relação a ações ambientais, a exemplo da economia de papel. "Proporemos também melhorias na acessibilidade nos Fóruns, além da contratação de um serviço próprio de segurança, junto à empresa especializada,

para todos os fóruns do Estado", lembrou Silveira.

### Democratização

Foi definido durante a reunião de planejamento que a AMPB vai solicitar assento do Conselho da Magistratura, cobrando efetiva participação nas discussões que envolvem os direitos e interesses dos magistrados paraibanos.

### Aposentados

No quesito do retorno dos aposentados e pensionistas à folha de pagamento do Judiciário, a AMPB resolveu fazer uma ação política em Brasília, formando para tal a seguinte Comissão: juízes Antônio Silveira Neto, José Benício Leão e Francisco Jackson Ferreira.

A Entidade vai acompanhar de perto a aplicação de precedente favorável a ADI 3593, que trata de interesse dos magistrados aposentados da Paraíba, considerando-se decisão da ministra Carmen Lúcia na ADI 1578, sobre Instituto de Previdência no Estado de Alagoas.

### Eventos

O XVII Encontro de Magistrados Paraibanos será realizado no próximo mês de junho, em Campina Grande. A cidade foi escolhida devido ao auge do evento realizado em 2010 naquela cidade.

### Assuntos gerais

Entre outras ações definidas durante o Planejamento 2011 da AMPB, destacam-se: emissão de carteiras de Associados e dependentes para acesso à sede de lazer; manutenção da parceria com a ESMA, realizando cursos de aperfeiçoamento, nas áreas de Fazenda Pública (inclusive abordando a questão da improbidade administrativa), direito processual civil e direito processual penal; no setor de esporte, realizar a "Maratona do Judiciário", com percurso de 5 Km; realizar comemoração anual ao Dia da Criança, no Clube dos Magistrados, envolvendo uma ação social; realizar o Releilão AMPB 2012.



Coordenadores regionais também participaram do encontro

## Abraham Lincoln assume presidência do TJPB e promete melhorias para o primeiro grau de jurisdição

Priorizar o processo de virtualização dos atos dos processos judiciais e a jurisdição de primeiro grau, bem como implementar a tecnologia da informação nas atividades judiciais são algumas das principais metas do novo presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, desembargador Abraham Lincoln da Cunha Ramos, que tomou posse no cargo, no último dia 17 de fevereiro. Também foram empossados o vice-presidente, desembargador Leônio Teixeira Câmara, e o corregedor geral de Justiça, Nilo Luís Ramalho Vieira. O desembargador Abraham Lincoln é o 44º presidente da



Meta direta para o biênio 2011/2013 tem o desafio de implantar o novo Lage Juiz das Pz. do 1º/2º grau, acompanhar a atividade de posse



Corte e fará mandato de dois anos, em substituição ao desembargador Luiz Sérgio Ramalho Júnior.

A cerimônia aconteceu no auditório "Desembargador Wilson Pessoa da Cunha", localizado no Anexo Administrativo do Tribunal de Justiça, na Capital e contou com a presença de autoridades, entre políacos, desembargadores, magistrados, operadores do direito, bem como servidores do Tribunal de Justiça e familiares dos empossados.

O presidente da AMPB, juiz Antônio Silveira Neto, falou da expectativa da magistratura com relação ao biênio 2011/2013 no TJPB: "A primeira restrição da Justiça paraibana passa por uma carência que envolve falta de condições de trabalho, os cascos dos servidores e projetos que visam a modernização dos serviços. De acordo com o seu discurso, o des. Lincoln deve voltar sua atenção para esses pontos que, na verdade, são a base de toda estrutura do nosso judiciário", comenta Silveira. "Desta forma, a AMPB se colocará à disposição para apresentar sugestões que possibilitem, na prática, essas mudanças", disse.

Em seu discurso de posse, Lincoln enfatizou ainda que val dar continuidade às boas práticas daqueles dirigentes que o precederam. No entanto, "uma nova administração requer a promoção de ações necessárias e a implementação de práticas de melhoramento", destacou o novo presidente do TJPB.

O desembargador-presidente, Abraham Lincoln, afirmou que vai seguir as recomendações dos Tribunais Superiores, em especial do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Dentre as ações, ressaltou a importância de investir os recursos que forem necessários para uma intensa e extensiva informatização de todas as áreas sob responsabilidade da administração, bem como na qualificação e melhores condições de trabalho para os servidores da Justiça. Para isso, falou de necessidade de um trabalho conjunto, em que possa contar com pessoas igualmente comprometidas para assumir, com ele, o encargo de servir ao Poder Judiciário do Estado.

Presidente - Natural de Mamanguape, o desembargador Abraham Lincoln da Cunha

Ramos se formou, em 1977, no curso de Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Lincoln é filho do desembargador Miguel Linero, que também exerceu a Presidência da Corte no biênio 1997/1999, e de Olga Ramos, que foi fundadora e a primeira presidente da Associação dos Escrivães dos Magistrados e das Higienistas da Paraíba (AEMP).

Foi aprovado no concurso público para Promotor de Justiça em 1981 e ingressou na magistratura em 1982, julgou nas comarcas de Esperança, Pombal, Bananeiras, Camoim Grande e João Pessoa. Em 2000, Abraham Lincoln foi promovido, por merecimento, ao cargo de desembargador. Desde fevereiro de 2003, é presidente da Comissão de Divulgação Jurisprudencial da Corte.

No biênio 2006/2007, Abraham Lincoln foi presidente e vice-presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB), tendo comandado as eleições gerais no ano de 2006. Exerceu o cargo de corregedor-geral de Justiça, eleito para o biênio 2009/2010.

Vice-presidente - Filho de Araruna, Leônio Teixeira Câmara se formou em Direito pela UFPB, em 1970. O desembargador foi aprovado no concurso de juiz de Direito em 1975, iniciou carreira a partir de 1º de março de 1979, atuou nas comarcas de Caçapa, Piraí, Remigio, Cajazeiras, Campina Grande e João Pessoa, esta na titularidade da Vara Privativa da Infância e da Juventude, cargo que exerceu por mais de 14 anos. Vice-diretor do Fórum da Infância e da Juventude a partir de 2004. Foi promovido ao cargo de desembargador no ano de 2006.

Corregedor-geral - O desembargador Nilo Luís Ramalho Vieira, nascido em Conceição, foi funcionário da Secretaria da Agricultura e Assembleia Legislativa, professor da Rede Estadual de Ensino, juiz de Direito das unidades judiciais de Teixeira, Esperança, Patos e Campina Grande. Foi Membro da Comissão de Jurisprudência, Diretor da Esma e Membro do Conselho de Magistratura. Em 2002, foi empossado no cargo de desembargador do Poder Judiciário estadual. Nilo Ramalho assumiu a Presidência do TRE-PB, em 2008.

FONTE: Com Intenções da Assom do TJPB

## Juizes discutem prioridades para o Judiciário com o novo presidente do TJPB

Sob a ótica dos magistrados paraibanos, a AMPB apresentou o ofício ao desembargador Abraham Lincoln da Cunha Ramos, presidente do TJPB, com algumas propostas do que deve ser priorizado pela nova gestão durante o biênio 2011/2013. Integrantes da diretoria da Associação dos Magistrados da Paraíba, juizes e desembargadores trataram sobre implantação da nova Loja, editais de promoção e remoção, segurança nos fóruns, condições de trabalho, procelórios, virtualização de varas, transparência no orçamento, dentre outros assuntos. O encontro ocorreu no dia 67 de fevereiro.

O presidente do TJPB demonstrou interesse nos assuntos apresentados pela AMPB, além de se comprometer com o diálogo aberto com a categoria. Por sua vez, Antônio Silveira se colocou à disposição do Tribunal, ressaltando que a intenção da AMPB é trabalhar em sintonia com o Tribunal. Além disso, o representante da magistratura reforçou que a maioria das reivindicações da AMPB foi construída ao longo do tempo, "pois que ampliamos nossa esperança de avanços na administração da Justiça da Paraíba, sob o pilar da modernidade, transparência, legalidade, moralidade e eficiência".

Durante a reunião, o presidente do Tribunal de Justiça afirmou prioridade que será dada ao primeiro grau de jurisdição: "É a instância que necessita de maior atenção da atual mesa gestora, tanto no que diz respeito à estruturação da fôrma, como a recursos humanos e equipamentos de modo geral", disse.

Abraham Lincoln verificou que as sugestões da AMPB apresentam tópicos que não vão demandar muito trabalho



Discutem prioridades em uma reunião, principalmente, da redução no número de desembargadores.

para atender, apenas, boa vontade. Ele adiantou que pretende priorizar a instalação das Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em João Pessoa e em Campina Grande, assim como a implantação de Juizados Especiais.

Após discutir as principais ações administrativas defendidas pela AMPB, o representante da classe dos magistrados, Antônio Silveira Neto, afirmou que a implantação da nova Loja vai trazer uma melhoria imediata na prestação jurisdicional, sendo, portanto, a reivindicação mais urgente.

Porém, o juiz preocupou-se com o orçamento do Judiciário: "sabemos, no entanto, que, tendo em vista a situação que o governo do Estado está passando, não teremos condições de implantar as mudanças em benefício da sociedade", disse, defendendo que o orçamento e a consequente implantação da Loja, são prioridades na opinião da AMPB.

Durante a reunião, o des. Lincoln também voltou a reforçar seu discurso de posse, afirmando que vai priorizar a melhoria do trabalho da primeira instância, sobretudo, adaptando a estrutura dos fóruns para a virtualização das varas. Segundo o magistrado, uma resolução do TJPB ainda deve disciplinar como será a

contratação dos novos 150 assessores de juizes previstos na nova Loja.

Com relação ao pagamento de procelórios, o presidente do TJPB informou que ele vai se aprofundar sobre o tema após solicitar um relatório do comitê gestor do Tribunal responsável pelo assunto.

No quesito segurança, Lincoln dividiu a ideia da nova gestão de instalar câmeras nos fóruns do Estado, além de aprimorar a implantação de detectores de metal.

Já para os servidores, o desembargador comentou que pretende implementar ações que valorizem e ampliem a produtividade dos funcionários. Preocupação também da AMPB, visto que isto reflete diretamente no trabalho dos magistrados.

Quanto às outras propostas da Associação, o desembargador-presidente disse que, por serem muitas, serão estudadas por ordem de prioridade, respeitando o orçamento, os recursos do Fundo Especial do Poder Judiciário e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Silveira Neto agradeceu a atenção do presidente do TJPB e reforçou a esperança dos magistrados na nova gestão do Tribunal.



Vice-presidente do TJPB, Des. Leônidas, também ouviu as sugestões da AMPB.

## Software permitirá a gravação de audiências com praticidade e agilidade

Os juízes paraibanos em breve poderão contar com uma ferramenta que vai agilizar os trabalhos jurídicos, trata-se de um sistema para gravar audiências em áudio e vídeo, garantindo rapidez aos despachos de sentenças e segurança e fidelidade aos depoimentos colhidos. O mecanismo foi desenvolvido pela empresa de tecnologia GP Soluções, contratada pela Associação dos Magistrados da Paraíba (AMPB).

O software já foi testado por alguns juízes, que verificaram a eficiência do sistema, homologando o funcionamento antes da distribuição que será realizada em todo o Estado já a partir do final deste mês de fevereiro. Além disso, o programa ficará disponível para os associados na área restrita do site da AMPB.

O kit apropriado para a utilização do sistema já foi solicitado pela AMPB ao presidente do Tribunal de Justiça do Estado. A utilização de equipamentos de gravação de vídeo e de áudio nas salas de audiências é fundamental para a celeridade da justiça. Esta, inclusive, é uma das novas metas nacionais definidas pelo CNJ, que deverão ser perseguidas pelo Poder Judiciário em 2011: "Meta 2 - implantar sistema de registro audiovisual de audiências em pelo menos uma unidade judiciária de primeiro grau em cada tribunal".

### Como funciona

O sistema de gravação desenvolvido pela AMPB contém software que garante a segurança dos registros, tanto na captação quanto na armazenagem. Cada audiência poderá ser gravada de maneira ininterrupta. O sistema também pode gerar arquivo só de áudio para o juiz distribuir entre as partes, preservando a imagem dos envolvidos e testemunhas.

Vale ressaltar que a gravação de audiências já é realizada em alguns Estados do Brasil, mas a AMPB contratou empresa especializada para gerar este software inédito, que contém especificações que facilitam a edição e marcação das imagens e falas, voltado para a realidade e a necessidade dos juízes da Paraíba.

Algumas características específicas do programa desenvolvido pela AMPB são a geração automática do termo de audiência; o registro dos nomes das testemunhas e do assunto tratado no depoimento, gerando

um índice com estes termos, bem como marcadores com palavras-chaves dentro da gravação.

Aquele que estiver fazendo a sentença e quiser verificar ou revisar só parte do depoimento, poderá ir diretamente aos pontos indicados como marcadores ou no índice, sem necessidade de ouvir ou ver toda a gravação.

"Desta forma, ganham o juiz, que tem uma concreta melhoria de condições de trabalho, o advogado e as partes, que terão mais fidelidade nos depoimentos e rapidez no andamento dos processos e também o cidadão, que poderá contar com uma justiça mais ágil e segura", acredita Antônio Silveira Neto, presidente da AMPB.

### Sistema garantido e recomendado

A ideia da AMPB se baseia numa iniciativa pioneira desenvolvida pelo juiz Rusio Lima de Melo, que passou a gravar suas audiências no ano de 2008, quando atuava na comarca de Princesa Isabel (PB). "É uma mudança muito simples e útil", explica o magistrado. "Basta apenas uma webcam e microfone acoplados ao computador para gravar as audiências, para agilizar consideravelmente nosso trabalho", disse.

O magistrado diz ainda que grava todos os depoimentos em DVD. "Faço duas cópias, uma arquivo junto aos autos e outra posso guardar comigo, como medida de segurança". Rusio diz que ele mesmo faz a edição das imagens, separando as testemunhas. "Com o software adequado, este processo é muito fácil".

Segundo Rusio, o sistema foi bem aceito pelos advogados e promotores. "Afinal, deu mais facilidade e segurança aos julgamentos". Justificou ao elencar um dos muitos benefícios. "Pode-se realizar várias audiências em um curto espaço de tempo. Não dependemos mais da digitação de um funcionário, pulamos essa etapa de ditar o depoimento que, além de ser cansativa e arcaica, deixa a audiência sonolenta e enfadonha", verifica ao falar que o sistema de gravação deixa o processo mais dinâmico.

A adoção do sistema é totalmente indicada por Rusio. Em sua opinião, até "indispensável". Para ele, além da celeridade e economia de servidores, que podem ser envolvidos em outra função mais necessária, há também a autenticidade do depoimento.

"Todos podem ver de forma fidedigna o que foi dito, além da expressão e comportamento das testemunhas", sobretudo no Tribunal do Júri. "Com essa tecnologia, o jurado pode perceber através do vídeo as expressões das testemunhas". Observa ao afirmar que "o aspecto da fidelidade é fundamental porque diminui a margem de erro".

O magistrado explica que teve acesso ao sistema em uma vara Federal, onde coletou todos os dados necessários para passar a usar a tecnologia. "Desde então, obtive ganho surpreendente de tempo", uma agilidade que, segundo ele, beneficiou toda sociedade, devido a possibilidade de agendamento de um número maior de audiências em um único dia.

Outro benefício importante assegurado pelo sistema de gravação está relacionado ao manuseio dos autos, sobretudo aqueles que envolvem um grande número de volumes.

Rusio declarou que já comunicou a presidência do TJPB a respeito da tecnologia usada, explicando, inclusive, que o custo para aquisição era baixo. "Enviei cópia de DVD pra mostrar a qualidade do vídeo". Porém, o Tribunal ainda não se posicionou.

"Outros colegas já mostraram interesse e chegaram a perguntar sobre a iniciativa para copiar a ideia, reconhecendo a tamanha simplicidade". Tendo em vista o interesse de seus associados, a AMPB resolveu desenvolver o atual programa.

### Datas das reuniões com Coordenadorias Regionais para entrega do programa:

- Coordenadoria Litoral:** 24 de fevereiro, às 17 horas, Fórum Criminal da Capital
- Coordenadoria Sertão:** 16 de março, às 15 horas, Fórum de Patos
- Coordenadoria Borborema:** 17 de março, às 17 horas, Fórum de Campina Grande
- Coordenadoria do Brejo:** 24 de março, ao meio dia, no Fórum de Guarabira
- Coordenadoria do Alto Sertão:** 29 de março, 15 horas, no Fórum de Sousa

## INOVAÇÃO

## Reveillon reúne associados e familiares no Clube dos Magistrados

Apesar de parecer um "lugar comum", não seria exagero escrever que o Reveillon 2011 da AMPB vai entrar para a história. Pela primeira vez a Associação realizou sua festa de confraternização na noite do dia 31 de dezembro, oferecendo a seus associados e familiares uma festa adjetivada por muitos que participaram como "sensacional".

O evento durou até o amanhecer do dia 1º de janeiro. Duas bandas animaram a festa. Uma delas foi "Beleza Pura", que fez os convidados dançarem para comemorar o ano novo. Logo após, o cantor Beto Movimento e banda contagiou com sua alegria os magistrados até os primeiros raios de sol de 2011.

Além de todo o buffet oferecido durante a noite da festa, um café da manhã foi servido para recuperar as energias daqueles que aproveitaram a festa até o final.

A decoração e iluminação do Clube para o evento também foi fruto de muitos elogios, tudo para criar um clima

"tropical" para a festa. Os convidados também receberam adereços como colares havaianos, tiaras, etc., para amplarem as brincadeiras entre os amigos.

Muitos magistrados parabenizaram a diretoria da AMPB por realizar a confraternização da Entidade em formato diferenciado de anos anteriores. Devido o grande sucesso, a diretoria da AMPB decidiu no planejamento 2011, realizar o evento também este ano.

O festa foi muito disputada, além da distribuição de senhas de acesso para magistrado e acompanhante oferecida pela AMPB, as pulseiras de acesso extras foram esgotadas.

A AMPB espera que a alegria que contagiou a todos que compareceram ao Clube dos Magistrados para celebrar o ano novo continue por todos os dias de 2011. E agradece aos magistrados e familiares que foram os protagonistas do sucesso do evento!

Veja algumas fotos do evento e confira mais cliques na seção "galeria de fotos" do site [www.ampb.org.br](http://www.ampb.org.br).





## DEFESA DO ASSOCIADO

### Aposentados e pensionistas ganham força na luta associativa

Preocupados em atender de maneira satisfatória os associados que depositam sua confiança no trabalho associativo, os diretores do Departamento de Inativos e Pensionistas da AMPB, juiz José Bonifácio Lima Lobo (inativo) e Clementina Magalhães Medeiros (pensionista), promovem diariamente a seguinte reunião semanal de 20h: "Vamos priorizar sobrevivência PAF, as pensionistas e o sistema dos magistrados aposentados a folha de pagamento do Poder Judiciário", garante Bonifácio Lobo.

"Vamos nos unir com a representação dos pensionistas, com os quais temos muitos pontos em comum, e intensificar nossa luta, tendo uma dinâmica, mas sempre buscando ainda este ano um resultado positivo e definitivo para nossa luta em busca da volta dos aposentados a nossa categoria, que não é "benefit", compete a magistratura

"Vivemos a mesma situação constrangedora que os aposentados, os problemas idênticos são os nossos. Queremos nosso pagamento junto com a folha do Judiciário, pois assim como os inativos, nossas marcas fizeram muita pela tribunal e, quando o "trabalhador" se aposenta é que tem que ter certas vantagens e não ser excluído", reflete a pensionista Clementina.

Na questão do resumo dos aposentados e pensionistas à folha de pagamento do Judiciário, a AMPB resolveu fazer uma ação política em Brasília, formando uma Comissão com os juizes Antônio Silveira, Neto, José Bonifácio Lobo e Francisco Justino Ferreira.

A Entidade vai acompanhar de perto a aplicação do precedente favorável a ADI 3593, que trata do interesse dos magistrados aposentados da Paraíba, considerando-se decisão da ministra Carmen Lúcia na ADI 1576,



Paralela Clementina Magalhães e o juiz Bonifácio Lobo

sobre Instituto de Previdência no Estado de Alagoas.

Segundo Antônio Silveira, ações semelhantes foram movidas pela AMPB em relação ao Poder Judiciário de outros estados junto ao STJ, exemplo do de Alagoas onde já foi decretada a inconstitucionalidade desta disposição pelo STJ, porém, ainda permanece para ser julgada também na Paraíba.

Uma nova postura a ser adotada, é a luta unificada dos descolados pensionistas e ainda dos vencimentos dos aposentados, segundo Bonifácio Lobo, os magistrados inativos numa secretaria com este descolado sem sentido. "Vamos então, através da nossa luta na associação buscar a rejeição desta decisão", informa o magistrado aposentado.

## ESPAÇO ASSOCIADO

### JUSTIÇA GRATUITA PARA TODOS

Cabe ao Estado o monopólio da justiça, não podendo a cidadania dos cidadãos, fazer justiça com as próprias mãos, o que aconteceu à época das Ordálias. Cabe a ele, ainda, prestar serviços de segurança, de educação, de segurança, e os serviços da justiça, só que por estes se cobram taxas, custas e emolumentos, colocando-se à disposição do povo de forma remunerada, povo esse que já paga uma carga tributária exorbitante (fazem os economistas que trabalhamos cerca de 4 (quatro) meses com o governo), que consome 34% (trinta e quatro por cento) do seu salário.

A Constituição Federal nos traz, § 1º DOCV assegura a assistência integral e gratuita para os pobres na forma da lei, e que não se confundir com a gratuidade da justiça. Esta é assegurada na Lei 1.060/50, que já tem mais de 60 (sessenta) anos e se encontra obsoleta, prevendo apenas a gratuidade para os pobres que assim afirmem, quando a justiça, deve ser gratuita para todos, de forma universal, independente da classe social ou renda do indivíduo, uma vez que é um serviço prestado pelo Estado, não devendo ser cobradas taxas, custas processuais ou emolumentos, validando assim, o pleno acesso à justiça e

a uma ordem jurídica justa, independente do adiantamento de qualquer valor, pois a justiça não vive à custa de altos custos desse, sendo a exclusão social os pobres os maiores obstruções ao livre acesso à justiça, garantida, consagrada na Carta Magna.

Não há dúvida, pois, que o Estado tem o dever constitucional de prover o livre e gratuito acesso à justiça, assim como faz com a educação, com a segurança etc, não podendo o benefício ser apenas da parte da população, os denominados pobres na forma da lei, mas de todos, de forma universal, pois o elevado custo do processo, momentaneamente em alguns Estados de Pernambuco (e outros estados) se torna, muito, oneroso, extremamente oneroso para a maioria. Como bom exemplo da gratuidade da justiça para todos temos os Juizados Especiais que, na primeira instância, é totalmente isento de custas. Não se justifica, portanto, como pré-requisito para ingresso no Judiciário, o pagamento de custas, sob pena de se negar o livre e consagrado acesso à justiça, assegurado na Magna Carta da República.

É não me venham dizer que assim sendo haverá uma enxurrada de demandas averbações, pois se assim proceder a parte pagará honorários de sucumbência e multa pela

Antônio Rudimacy Firmino de Sousa\*

litigância de má-fé, que tem sido aplicada de maneira fútil pelos juizes. Contrário, a correção imediata da valor atribuído à causa, em alguns casos, apenas onera a participação da parte incluída com despesas de numerário, quando não a inviabiliza, ferindo o livre acesso à justiça e a ordem jurídica justa. Não sou, bem, portanto, o magistrado ou o, garantindo a realidade social, impugna de ofício o valor atribuído a causa, mesmo naqueles casos em que o critério da fixação é legal, pois haverá o desmoronamento do abastecimento do demandante que, caso não vencedor, só será mencionado no fim, no fim da demanda, decorrente da proibição para quem tem nada.

Cabe, então, a um parlamentar federal de grande espírito público apresentar projeto nessa sentido, criando uma lei que consagere a justiça gratuita para todos. Mas, enquanto isso não acontece, cabe ao bom juiz temperar o espírito da lei e aplicar a justiça gratuita a todos, independente da classe social, que portanto, momentaneamente casos em que o sustento familiar está comprometido.

\* Juiz de Direito

| ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DA PARAIBA - AMPB                |                  |                  | Demonstração do fluxo de caixa para o período de 1º outubro/2010 a 31 de dezembro de 2010 |  |
|-------------------------------------------------------------|------------------|------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| Balancos Patrimoniais levantados em 31/10/2010 e 31/12/2010 |                  |                  | FLUXOS DE CAIXA DAS OPERAÇÕES                                                             |  |
| ATIVOS                                                      | (R\$ 1,00)       |                  | R\$ 1,00                                                                                  |  |
|                                                             | 31/10/10         | 31/12/10         | Entradas de caixa referentes a recebimentos e pagamentos:                                 |  |
| Ativos Circulantes:                                         |                  |                  | Receitas                                                                                  |  |
| Caixa e bancos                                              | -1.983           | 544              | Menos variação em contas a receber                                                        |  |
| Prejuízo - Bco do Brasil/Bco Real                           | 551.149          | 134.487          | Entradas de caixa                                                                         |  |
| Contas a receber                                            | 130.179          | 142.871          | Menos variação em contas a pagar                                                          |  |
| Outros ativos correntes                                     | 9.765            | 1.480            | Saídas de caixa                                                                           |  |
| <b>Ativos correntes totais</b>                              | <b>689.170</b>   | <b>279.382</b>   | Outras saídas de caixa decorrentes das operações:                                         |  |
| Ativos Fixos:                                               |                  |                  | Despesas de pessoal                                                                       |  |
| Imóveis                                                     | 1.052.552        | 1.141.158        | Despesas AMB/ANAMAG/AMAJME                                                                |  |
| Móveis e utensílios                                         | 177.063          | 178.343          | Despesas com administração                                                                |  |
| Veículos                                                    | 36.990           | 36.990           | Despesas financeiras                                                                      |  |
| Intubulações em andamento                                   | 89.353           | 0                | Despesas com manutenção                                                                   |  |
| Sistemas de Auditoria                                       | 0                | 303.396          | Total de saídas de caixa decorrentes das operações                                        |  |
| (-) Depreciações Acumuladas                                 | 0                | (89.343)         | Saídas de caixa referentes a pagamentos de impostos:                                      |  |
| <b>Ativos fixos totais</b>                                  | <b>1.356.948</b> | <b>1.297.548</b> | Menos variação em impostos acumulados                                                     |  |
| <b>ATIVOS TOTAIS</b>                                        | <b>2.046.066</b> | <b>1.576.930</b> | Entradas: Ajuste referente ao exercício social anterior                                   |  |
| PASSIVOS E PATRIMÔNIO SOCIAL LÍQUIDO (R\$ 1,00)             |                  |                  | FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS OPERAÇÕES                                             |  |
| Passivo circulante:                                         |                  |                  | FLUXOS DE CAIXA - ATIVIDADES DE INVESTIMENTO                                              |  |
| Contas a pagar                                              | 475.926          | 52.006           | Aquisição de ativos fixos                                                                 |  |
| Obrigações sociais/tributárias                              | 347              | 391              | Prejuízo - Bco do Brasil/Bco Real                                                         |  |
| <b>Passivo circulante total</b>                             | <b>476.273</b>   | <b>52.397</b>    | Variação de outros ativos circulantes                                                     |  |
| Passivos totais                                             | 476.273          | 52.397           | <b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO EM INVESTIMENTOS</b>                                  |  |
| Patrimônio Social                                           | 15.314           | 15.314           | <b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO FLUXO DE CAIXA</b>                                                 |  |
| Superávit acumulados                                        | 1.555.471        | 1.509.219        |                                                                                           |  |
| <b>Patrimônio Líquido Social total</b>                      | <b>1.568.785</b> | <b>1.523.933</b> |                                                                                           |  |
| <b>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO SOCIAL TOTAIS</b>          | <b>2.045.066</b> | <b>1.576.930</b> |                                                                                           |  |

| Demonstração do Superávit do Exercício de 1º/10/2010 a 31/12/2010 |                 |  |
|-------------------------------------------------------------------|-----------------|--|
| R\$ 1,00                                                          |                 |  |
| <b>RECEITAS</b>                                                   |                 |  |
| Receitas de Mensalidades                                          | 196.556         |  |
| Receitas Patrimoniais                                             | 12.420          |  |
| Outras Receitas/Doações                                           | 66.657          |  |
| <b>Total das Receitas:</b>                                        | <b>275.633</b>  |  |
| <b>DESPESAS</b>                                                   |                 |  |
| Despesas de pessoal                                               | 54.662          |  |
| Despesas AMB/ANAMAG/AMAJME                                        | 38.804          |  |
| Despesas com administração                                        | 143.375         |  |
| Despesas de manutenção                                            | 13.836          |  |
| Depreciações                                                      | 69.243          |  |
| Despesas financeiras                                              | 565             |  |
| <b>Total das Despesas:</b>                                        | <b>320.485</b>  |  |
| <b>SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO</b>                                     | <b>(44.852)</b> |  |
| <b>Variação do superávit líquido no balanço patrimonial</b>       | <b>(44.852)</b> |  |

| ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DA PARAIBA - AMPB                                                                  |               |         |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|---------|
| Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos Para o período de 1º novembro/2010 a 31 de dezembro de 2010. |               |         |
| <b>I - ORIGENS DE RECURSOS</b>                                                                                |               |         |
| 1. Superávit do Exercício                                                                                     | (44.852)      |         |
| (+) Valor depreciação                                                                                         | 69.243        |         |
| (+) Provisão para Ajuste                                                                                      | 0             |         |
| (+) Resultado Líquido do Exerc. Anterior                                                                      | 0             |         |
| <b>SOMA:</b>                                                                                                  | <b>24.391</b> |         |
| <b>II - APLICAÇÕES DE RECURSOS</b>                                                                            |               |         |
| 2. Aquisição de Veículo                                                                                       | 0             |         |
| 3. Aquisição/Construção de Imóveis                                                                            | 6.083         |         |
| 4. Sistemas de Auditoria                                                                                      | 3.500         |         |
| 5. Móveis e utensílios                                                                                        | 1.290         |         |
| <b>SOMA:</b>                                                                                                  | <b>10.873</b> |         |
| <b>III - AUMENTO/REDUÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE (I - II)</b>                                                   | <b>13.518</b> |         |
| <b>IV - VARIAÇÕES NOS COMPONENTES DO CAPITAL CIRCULANTE</b>                                                   |               |         |
| Componentes                                                                                                   | no início     | ao fim  |
| Ativo Circulante                                                                                              | 680.113       | 279.382 |
| Passivo Circulante                                                                                            | 476.273       | 52.397  |
| Capital Circulante                                                                                            | 203.837       | 226.985 |

| QUADRO: ATIVOS PERMANENTES-DEPRECIAÇÃO |                         |                                  |                                             |                                   |
|----------------------------------------|-------------------------|----------------------------------|---------------------------------------------|-----------------------------------|
| Descrição/Conta                        | Taxa depreciação ao ano | (a) Saldo anterior em 31.12.2009 | (b) Aquisição no período, Exercício de 2010 | (c) Depreciação Exercício de 2010 |
| Edificações                            | 4%                      | 1.028.324                        | 112.834                                     | 43.630                            |
| Móveis e utensílios                    | 10%                     | 159.935                          | 12.757                                      | 16.342                            |
| Computadores e sistemas                | 20%                     | 5.450                            | 10.495                                      | 1.873                             |
| Veículos                               | 20%                     | 36.990                           | 0                                           | 7.398                             |
| <b>TOTAIS:</b>                         |                         | <b>1.230.705</b>                 | <b>136.086</b>                              | <b>69.243</b>                     |

- Notas:
- 1 - A documentação pertinente à essas demonstrações encontra-se à disposição dos associados na Sede da AMPB.
  - 2 - Essas demonstrações financeiras representam a situação econômico-financeira da AMPB no bimestre de novembro/dezembro de 2010.
  - 3 - As informações gerais de receitas e despesas foram divulgadas no site da AMPB.
  - 4 - O resultado econômico no período apresentou um déficit de 16,27% da receita total.
  - 5 - O déficit do período ocorreu em razão da contabilização da depreciação no ano 2010, referente aos ativos permanentes da entidade para atender as normas de contabilidade.
  - 6 - O quadro de depreciação evidencia uma despesa no período no valor de R\$ 69.243, representando um prejuízo contábil de R\$ 44.852, e como essa despesa não representa desembolso financeiro pode-se ser creditada, alterando o resultado do bimestre para um superávit de R\$ 24.391, representando 8,96% da receita total do bimestre.
  - 7 - De acordo com a demonstração de origem e aplicação de recursos (DOAR) foram investidos no período o valor de R\$ 10.873,00.

Cabeleiro (PB), 09 de fevereiro de 2011.

Dr. Jozé Donatário Torres Ferreira - Tesoureiro

Hélio Roberto dos Santos Véliz - CT OFC/PB 00304Q-02

## Artigos para a ENM

Magistrados podem enviar artigos para alimentar a próxima edição da "Revista ENM" até o próximo dia 31 de março. O endereço eletrônico para quem quiser contribuir com os artigos é [flaviana@amb.com.br](mailto:flaviana@amb.com.br). Outras informações no telefone: (61) 2103-9002. O texto deve ser elaborado de acordo com as seguintes normas técnicas: tenha no máximo dez páginas, fonte arial 12 e espaçamento 1,5. Os textos serão analisados antes de serem publicados.

## Esporte

A Diretoria de Esportes da AMB já definiu o calendário de atividades para 2011, o que inclui campeonatos nacionais e regionais. Conforme tradicionalmente ocorre, os regionais serão no primeiro semestre do ano e os nacionais, no segundo. A Paraíba vai sediar o campeonato da categoria Super Sênior da modalidade Futebol, os jogos ocorrerão em João Pessoa, de 07 a 11 de setembro de 2011. Veja o calendário completo no site [www.amb.com.br](http://www.amb.com.br).

## Novo convênio

A AMPB firmou parceria com a Prodieta - Clínica de Nutrição. Os associados da AMPB receberão descontos especiais nos serviços oferecidos pela clínica. Os descontos oferecidos serão no percentual de 10% (dez por cento) no cardápio com 70 (setenta) opções de pratos dietéticos congelados; SPA com internamento; SPA em casa; orientação nutricional individualizada e SPA kids. A Prodieta fica na av. Edson Ramalho, 1130, Sala 102, Empresarial Edson Ramalho, Marinha, CEP 58038-102, João Pessoa - PB, Fone: 83-3021-3928. Contato: Arthur Lobo (administrador). Conheça mais da clínica através do site [www.prodieta.com.br](http://www.prodieta.com.br).

## Declaração Unimed para IR

O demonstrativo referente à despesa dos associados da AMPB com plano de saúde (convênio AMPB/UNIMED), para declaração de imposto de renda 2010/2011, será enviado via Correios para a residência dos magistrados. Já os servidores do Tribunal que também possuem este plano deverão procurar a secretária da sede administrativa da AMPB para receber seu demonstrativo.

## Esma

O desembargador Saulo Henriques de Sá e Benevides foi empossado, no último dia 04 de fevereiro, no cargo de diretor da Escola Superior da Magistratura (Esma). O magistrado informou que pretende desenvolver gestões para implantar o Núcleo de educação à distância com o suporte da UFPB Virtual e a reativação do Curso de Preparação à Magistratura em Campina Grande. A AMPB pretende continuar sua parceria com a Esma, colaborando para o oferecimento de cursos de aperfeiçoamento para seus associados.

## Nova Loje

A Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado (Loje), foi lançada no último dia 20 de janeiro, em solenidade no Salão Nobre "Ministro Osvaldo Trigueiro de Albuquerque Melo". Na ocasião, foram distribuídos exemplares da Lei, que também foram entregues em bibliotecas públicas. A Loje está disponibilizada, ainda, no Portal do Tribunal ([www.tjpb.jus.br](http://www.tjpb.jus.br)).

## ANIVERSARIANTES

### FEVEREIRO

01 Anna Carla F. da Cunha Lima Alves  
01 Francisco Seráfico da Nóbrega Neto  
02 Dayse Maria Pinheiro Mota  
02 Horácio Ferreira de Melo Júnior  
03 Graziela Queiroga G. de Sousa  
03 Joaquim Sérgio Madruga  
04 Bruno César Azevedo Isidro  
05 José Edvaldo Albuquerque de Lima  
05 Almir Carneiro da Fonseca  
06 Maria Aparecida Sarmiento Gadelha  
07 Alberto Quaresma  
07 Francisco Jackson Ferreira  
07 Fátima Chaves de Moura  
12 Luiz Sílvio Ramalho Júnior  
14 Geraldo Emílio Porto  
14 Yvete Amaral de Farias (pensionista)  
14 Ivna Mozart Bezerra Soares Moura  
15 Isaac Torres Trigueiro de Brito  
15 Ricardo Vital de Almeida  
15 Severino Ramos Maia  
16 Ricardo da Silva Brito  
17 Clementina Magalhães Machado (pensionista)  
19 João Targino Filho

19 Valério de Andrade Porto  
19 Antônio Gonçalves Ribeiro Júnior  
19 Inácio Machado da Nóbrega Neto  
20 Maria de Fátima N. B. de Oliveira (pensionista)  
20 Eduardo Roberto de O. Barros Filho  
23 Inês Cristina Selbman  
23 Silvana Pires Brasil Lisboa  
24 Osvaldo Duda Ferreira  
24 Miguel de Brito Lyra Filho  
25 Adriana Maranhão Silva  
26 Luiz Carlos dos Santos  
27 Kleop de Vasconcelos Vieira Pires  
27 João de Deus Melo  
27 Manoel Maria Mendes

### MARÇO

04 Lilian Fransinetti Cardoso C. Moreira  
05 Severino Ramos Pereira  
07 Lua Yamaoka Mariz Maia  
07 Virginia de Lima Fernandes Moniz  
08 Maria das Graças Moraes Guedes  
09 Antônio Sérgio Lopes  
09 Daniela Falcão Barbosa Azevedo  
11 Rusio Lima de Melo  
12 Ruy Formiga Barros

14 Osvaldo dos Santos Costa  
15 Adilson Fabrício Gomes Filho  
15 Coriolano Dias de Sá  
16 Paulo Roberto Régis de O. Lima  
16 José Gomes Varela  
16 Audrey Krany Araruna Gonçalves  
16 Márcio Murilo da Cunha Ramos  
17 Max Nunes de França  
18 Silse Maria Nóbrega Torres  
18 José Gomes dos Santos  
18 Firmo Justino de Oliveira  
19 Helena Alves de Souza  
19 Anna Maria do Socorro H. Lacerda  
20 Deborah Cavalcanti Figueiredo  
24 Renilda de Araújo Santos Fernandes (pensionista)  
23 Ricardo da Costa Freitas  
24 João Machado de Souza  
24 Ruy Jander Teixeira da Rocha  
26 Carlos Martins Beltrão Filho  
26 Flávia de Souza Baptista Rocha  
26 José Martinho Lisboa  
27 Antônio Maroja Limeira Filho  
28 Francisco Martins de Oliveira  
30 Luzenira de Almeida Ramalho (pensionista)  
29 Leila Cristiani C. de Freitas e Sousa

